



A práxis da classificação nos arquivos municipais portugueses

Ana Margarida Dias da Silva^a, Leonor Calvão Borges^b, Cristiana Freitas^c

^aFaculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, anasilva@fl.uc.pt

^bFaculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, leonorborges@gmail.com

^cMunicípio de Ponte de Lima, Portugal, arquivo@cm-pontedelima.pt

Resumo

O objetivo do presente trabalho é identificar quadros/planos de classificação utilizados nos arquivos municipais portugueses. Pretende-se: 1) verificar que tipo classificação é predominante (orgânica, funcional, temática, orgânico-funcional ou temático-funcional); 2) perceber se os profissionais da informação que trabalham em arquivos municipais adotam modelos de classificação apriorísticos ou modelos baseados em estudos institucionais que refletem a orgânica e os fluxos informacionais das edilidades; e, por fim, 3) identificar a existência e confrontar a produção académica na área da Ciência da Informação que aborde a classificação em arquivos municipais portugueses.

Conclui-se que a produção académica rejeita a adoção de quadros de classificação apriorísticos, mas que a práxis demonstra uma aplicação maioritária deste modelo de classificação.

Palavras-chave: teoria arquivística, organização da informação, acesso à informação

Introdução

Os arquivos municipais configuram-se como serviços dos municípios

«que têm como função: a gestão da documentação/informação produzida e recebida no âmbito das atividades das edilidades, a conservação e preservação de documentação/informação de conservação permanente do organismo por que são tutelados, e a incorporação e salvaguarda de arquivos extintos de proveniência diversa (públicos e privados, de entidades coletivas e singulares, religiosas e associativas, pessoais e familiares), promovendo igualmente a sua comunicação e difusão.» (Silva, 2013, p. 12).

Os profissionais da informação que trabalham nos arquivos municipais são responsáveis pela salvaguarda, preservação, organização, identificação, descrição, avaliação, comunicação, difusão, acesso e valorização da informação das edilidades.

Entre outras funções, a classificação da informação, enquanto recurso metodológico que funciona como um instrumento de organização intelectual da informação, mas que conjuga igualmente os objetivos de representação e recuperação da informação, é fundamental no trabalho dos arquivistas. O desenvolvimento da administração eletrónica e a necessidade de incorporar nos sistemas de gestão documental esses mesmos documentos, torna a classificação fundamental para a gestão da informação, aí compreendendo também a função de avaliação.

Essa evolução levou a que, dos primeiros quadros de classificação destinados exclusivamente à organização e descrição de fundos arquivísticos de arquivos definitivos, elaborados com base nos princípios arquivísticos de respeito pelos fundos e ordem original, se passasse à elaboração de quadros/planos funcionais de arquivos em fase ativa, seguindo aliás a evolução das próprias normas de descrição arquivísticas (as ISDF são publicadas em 1997) e a normativa europeia e nacional em matéria de especificações dos sistemas de gestão de documentos, nomeadamente as ISO 15489, e o próprio

MoReq 2010 (para uma análise detalhada desta evolução ver, entre outros, Foscarini, 2010, Heredia Herrera, 2010, Páez Garcia, 2016 e Silva, 2016). De facto, a «análise das funções de entidades coletivas é importante como base para muitas atividades de arquivamento. (As) Funções são reconhecidas, geralmente, como mais estáveis que estruturas, que são frequentemente mescladas ou transferidas quando ocorre reestruturação» (CIA, 2007, p. 7).

Para a prossecução da classificação nos arquivos municipais, os profissionais têm de conjugar três condicionantes: a aprendizagem académica que define cientificamente princípios, métodos e critérios de classificação; a regulamentação emanada pela tutela (quando a há) e a realidade concreta dos arquivos da administração local, díspares na sua génese, produção e acumulação.

É, assim, objetivo deste trabalho: 1) verificar que tipo de classificação é predominante (orgânica, funcional, temática, orgânico-funcional ou temático-funcional); 2) perceber se os profissionais da informação que trabalham em arquivos municipais adotam modelos de classificação apriorísticos ou modelos baseados em estudos institucionais que refletem a orgânica e os fluxos informacionais das entidades; e, por fim, 3) identificar a existência e confrontar a produção académica na área da Ciência da Informação que aborde a classificação em arquivos municipais portugueses.

Método

Para responder ao objetivo proposto, e como metodologias, foi feita uma revisão da literatura e um estudo de caso de carácter exploratório, com pesquisa da presença de arquivos municipais *on-line*, com página própria ou dentro da página da entidade respetiva, com o objetivo de identificar o quadro/plano de classificação utilizado. Excluíram-se da pesquisa os municípios das regiões autónomas Madeira e Açores, porque estes arquivos se encontram maioritariamente custodiados nos arquivos regionais.

Para efeitos deste trabalho, seguimos aqui a distinção entre plano e quadro de classificação registada no Dicionário de Terminologia Arquivística (Alves, 1993). Assim, o quadro de classificação é utilizado para a organização de um acervo documental de acordo com os princípios da proveniência e respeito pela ordem original (Alves, 1993, p. 80). Já o plano de classificação é concebido para a organização de um arquivo corrente, de acordo com as funções da entidade produtora (Alves, 1993, p. 74). Como refere Corujo, esta diferenciação na metodologia de organização em arquivos “decorre do problema de se ter de tratar, na idade definitiva dos documentos, o que não foi tratado nos arquivos correntes” (2017, p. 16).

Paralelamente, realizou-se a pesquisa nos repositórios institucionais de universidades públicas portuguesas onde são ministrados mestrados e doutoramentos em Ciência da Informação, para identificar a produção académica sobre o assunto. A pesquisa foca-se nos últimos 10 anos (2008-2018) e só foram tidas em conta dissertações de mestrado, trabalhos de projeto, relatórios de estágios e/ou teses de doutoramento em livre acesso.

Resultados

A classificação em arquivos pode seguir critérios orgânicos, funcionais ou temáticos, ou conjugar duas das características anteriores e, como referem Simões e Freitas, os seus objetivos variam conforme a fase em que se encontram os documentos, já que, na fase ativa «deve refletir os interesses e as especificidades da organização produtora e acumuladora dos documentos» e nos arquivos definitivos são respeitadas «a sua integridade, a sua proveniência e a sua ordem original, o que implica, em boa

medida, respeitar a classificação atribuída pelo órgão produtor» concorrendo para o mesmo fim de «recuperação da informação e alargamento do acesso aos documentos» (2013, p. 101).

No caso dos arquivos municipais verificou-se a elaboração de quadros de classificação genéricos e apriorísticos para serem aplicados em arquivos definitivos, dos quais o exemplo mais conhecido e difundido é o “Quadro de Classificação para os Arquivos Municipais”, da autoria de José Mariz, «destinado ao arquivo definitivo ou histórico, não contemplando, por isso, documentação de conservação temporária», tendo sido elaborado após «estudo detalhado da evolução da instituição municipal desde o século XVI» (Mariz, 1992, p. 146).

Os primeiros resultados evidenciam uma fraca presença dos arquivos municipais na WWW (41,56%), tal como já constado por outros autores (Penteado & Henriques, 2008, p. 17; Silva, 2013, p. 24; Freitas & Marinho, 2014, p. 4). Esta determinante, significa uma ainda menor identificação de quadros/planos de classificação disponíveis *on-line*.

	Guia de Fundos	Inventário	Catálogo	Quadro Classificação
Aveiro	2	1	0	0
Beja	4	2	0	1
Braga	2	0	0	0
Bragança	2	1	0	0
Castelo Branco	0	2	0	0
Coimbra	1	0	0	0
Évora	0	6	0	0
Faro	4	4	0	1
Guarda	0	2	0	0
Leiria	1	1	0	0
Lisboa	3	6	0	1
Portalegre	0	3	0	0
Porto	1	0	0	0
Santarém	4	4	0	0
Setúbal	0	0	0	2
Viana do Castelo	0	0	7	0
Vila Real	0	1	0	0
Viseu	0	0	0	0
TOTAL = 71	24	35	7	5

Tabela 1 - IDD usados na pesquisa por Distrito

No entanto, foi possível apurar informação sobre 56 quadros de classificação (49 orgânico-funcionais e 7 orgânicos), cuja distribuição geográfica se apresenta na Tabela 2.

Distrito	Tipo de classificação	
	Orgânico-funcional	Orgânico
Aveiro	10	3
Beja	3	0
Braga	4	0
Bragança	0	0
Castelo Branco	0	2

Coimbra	0	0
Évora	5	0
Faro	4	0
Guarda	1	0
Leiria	0	0
Lisboa	6	2
Portalegre	3	0
Porto	3	0
Santarém	0	0
Setúbal	3	0
Viana do Castelo	7	0
Vila Real	0	0
Viseu	0	0
TOTAL	49	7

Tabela 2 – Tipos de classificação por Distrito

A percentagem de arquivos a usar a classificação orgânico-funcional, embora com um valor mais acima, enquadra-se na tendência já verificada em anterior estudo, onde atingia os 66% para todo a produção académica sobre todo o tipo de arquivos (ver Silva, *et al.*, 2019), o que a torna no modelo mais aplicado nos arquivos portugueses, até á data.

Quanto ao modelo de classificação seguido, a esmagadora maioria (97%) indica que seguiram o modelo do IPA / Mariz (Mariz 1992) e apenas um o modelo sistémico divulgado por Silva e Ribeiro.

Contudo, convém referir que se trata de um modelo que, nalguns arquivos, é “adaptado” com mais ou menos pormenor à realidade do arquivo em questão.

Quanto à classificação usada na produção académica, identificaram-se 17 trabalhos sobre classificação em arquivos municipais (para uma análise detalhada sobre a produção académica em matéria de classificação de arquivos nos últimos 10 anos, ver Silva, *et al.*, 2019, no prelo). Também aqui se segue a tendência já descrita de maior utilização da classificação orgânico-funcional.

A maioria reporta-se a informação histórica, embora em dois casos específicos a abordagem seja relativa a arquivos em fase ativa. Neste grupo de arquivos não há uma rejeição total pela utilização de modelos apriorísticos: em 75% dos casos refere-se como modelo a trabalhar o quadro de classificação de José Mariz, e, nos arquivos em fase ativa, a Macroestrutura Funcional (MEF) como referencial a adotar. Quatro das teses identificam claramente a teoria sistémica como forma de compreender o contexto de produção original, aí incluindo o estudo orgânico-funcional. Na FLUP e na FCSH da UNL as dissertações aplicam todas a classificação orgânico-funcional, na FLUL duas dissertações escolhem a classificação funcional (precisamente as de arquivos em fase ativa) enquanto as restantes apresentam a classificação orgânico-funcional.

Discussão

Embora se constitua como um importante instrumento de acesso à informação, a aplicação do quadro de classificação “normalizado” passível de ser aplicado em todos os arquivos municipais, não é consensual dentro do meio académico, na medida em que numa área do conhecimento que pretende ser uma ciência, como o é a Arquivística, o conhecimento científico da informação, que permite manter

e/ou reconstituir o seu contexto orgânico e sistémico, deve anteceder e sobrepor-se ao acesso à informação «sob pena de se distorcer a ordem natural das coisas» (Silva, 1996, p. 170).

Em Portugal, a classificação em arquivos definitivos tem seguido um de dois modelos: ou aplicação (mais ou menos rigorosa) de modelos apriorísticos, definidos durante os anos 90 do século XX ou, face a um volume considerável de documentação acumulada, na maioria das vezes sem grande critério, a elaboração de um plano/quadro a posteriori, após o estudo orgânico-funcional do produtor.

Já a classificação de arquivos em fase ativa (correntes), mercê da evolução da gestão documental, bem como da administração eletrónica, esta última beneficiária de orientações políticas europeias e nacionais, tais como a Decisão nº 922/2009/EC, do Parlamento Europeu e do Conselho, sobre soluções de interoperabilidade para as administrações públicas europeias, a Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2012, de 7 de fevereiro, que aprova o plano global estratégico de racionalização e redução de custos com as TIC na Administração Pública e Simplex, para citar apenas alguns (para a identificação e análise destas orientações e medidas ver Fonseca & Penteado, 2015 e 2016), levou a que as orientações da Direção-Geral do Livros, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), órgão coordenador do sistema nacional de arquivos, tenham evoluído para a implementação da interoperabilidade semântica na Administração Pública.

Essa implementação foi feita através da criação de um esquema de metainformação (MIP) e de um modelo suprainstitucional e transversal de classificação e avaliação da informação pública estabelecido *a priori* para representar as funções, subfunções e os processos de negócio executados pela Administração Central, Local e Sector Público Empresarial – a Lista Consolidada, que resulta da aglutinação de três projetos: MEF, Harmonização de classes de 3º nível em planos de classificação conforme à MEF e Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística –, em consonância, aliás, com a prática internacional. Da aplicação deste modelo, resultam planos de classificação conformes à Lista Consolidada assentes numa abordagem funcional e hierárquica de classes: funções e subfunções (1º e de 2º nível importados da MEF), processos de negócio (3º nível) e subdivisão do processo de negócio, quando aplicável para efeitos de avaliação (4º nível) (veja-se o *website* da DGLAB).

Essa posição reflete-se assim nas teses que analisam arquivos em fase ativa, como vimos. Por exemplo, na produção académica da FLUP e na da FCSH-UNL as dissertações aplicam todas a classificação orgânico-funcional, da FLUL duas dissertações escolhem a classificação funcional (precisamente as de arquivos em fase ativa) enquanto as restantes apresentam a classificação orgânico-funcional, porque aplicadas a arquivos definitivos.

No entanto, se considerarmos que um dos objetivos do presente estudo consistiu em identificar o quadro/plano de classificação utilizado pelos Arquivos Municipais, com base numa pesquisa da presença destes serviços *on-line*, será necessário ter em conta que esses mesmos planos de classificação se reportam a informação acumulada – em fase semi-ativa ou inativa – e que, em regra geral, se encontra em domínio público podendo, por isso, ser consultada e (re)utilizada por qualquer pessoa, independentemente da finalidade a que se destina. Assim sendo, e dado que o modelo proposto pela DGLAB é ainda recente, aguardando-se a entrada em vigor da portaria que irá regulamentar a classificação e avaliação da informação produzida por órgãos e entidades no exercício de funções de Administração Local, não é possível aferir a praxis no que concerne à utilização de planos de classificação conformes à MEF, visto que estes se destinam a classificar a informação no momento da sua produção (fase ativa) e não se aplicam à classificação retrospectiva da informação acumulada, o que se considera uma limitação ao estudo. Será interessante verificar a compatibilização destes planos de classificação com a organização já elaborada dos arquivos definitivos, a ocorrer num futuro próximo.

Por essa razão, a praxis nos arquivos municipais reflete, em grande parte, as opções tomadas na década

de 90 do século passado pelo então Instituto Português de Arquivos, que entendeu produzir quadros apriorísticos para a organização de arquivos em fase inativa de municípios, misericórdias e famílias. Esses modelos foram seguidos pelos arquivos municipais em fase de organização, pertencentes à rede portuguesa de arquivos, tendo beneficiado também de uma base de dados – Arqbase – que compatibilizava o uso do quadro de classificação.

Conclusões

A produção académica, na sua maioria versando os arquivos definitivos, reconhece que é fundamental conhecer a estrutura orgânica e funcional da instituição produtora de informação para a compreensão dos seus fluxos informacionais. Pelo contrário, a prática nos arquivos municipais demonstra a adoção de quadros de classificação apriorísticos, tanto em arquivos definitivos como em arquivos em fase corrente ou semi-ativa. O facto não surpreende por se tratarem de instrumentos de orientação obrigatória no que aos arquivos em fase ativa diz respeito, inseridos nos sistemas de gestão eletrónica de documentos (SEGA) e na interoperabilidade entre administrações públicas europeias.

No entanto, reconhece-se que o acesso *on-line* não permite uma conclusão generalizada e assertiva sobre a prática da classificação nos arquivos municipais portugueses, não só pelo reduzido número de quadros/planos acessíveis, como, e principalmente, pela ausência de classificação de arquivos em fase ativa.

Referências

1. Alves, Ivone [et al] (1993) - Dicionário de Terminologia Arquivística. Lisboa : Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 257 p. ISBN 972-565-146-4
2. Conselho Internacional de Arquivos (2007) - ISDF Norma internacional para descrição de funções. Paris, CIA. [Consult. 18 Set. 2019]. Disponível na Internet: https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2007_Guidelines_ISDF_First-edition_PT.pdf
3. Corujo, Luís (2017) - O Projeto IES: análise do processo na ótica da Gestão do Conhecimento - Estratégias de gestão e conversão do conhecimento (Estudo de Caso). *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*. ISSN 1981-1640. Vol. 11, Nº 1, p. 10-24
4. DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. Programas e projetos. A *MEF / Lista Consolidada*. [Em linha]. [Consult. 23 set. 2019] Disponível na Internet: <URL: <http://arquivos.dglab.gov.pt/programas-e-projectos/modernizacao-administrativa/macroestrutura-funcional-mef/lista-consolidada/>>.
5. Foscarini, Florbela (2010). La clasificación de documentos basada en funciones: comparación de la teoría y la práctica. *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*. ISSN 1132-6506. Nº 11, p. 41-57
6. Freitas, Cristiana; Marinho, Vítor (2014) - Arquivos Municipais: nótulas ao 4º inquérito nacional. In *Actas 11º Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. “Arquivística e competitividade na Administração local: ferramentas inovadoras para a gestão da informação” [em linha]. 14 e 15 de novembro de 2014, Esposende. [Consult. 18 Set. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1064/1168>>.
7. Heredia Herrera, Antonia (2010). Clasificación, cuadros de clasificación y gestión documental. *Tabula: revista de archivos de Castilla y León*. ISSN 1132-6506. Nº 11, p. 139-151
8. Mariz, José (1992) – Arquivos municipais: proposta de um Quadro de Classificação. *Actas do 2º Encontro Nacional de Arquivos Municipais*. Lisboa: BAD. pp. 143-154.
9. Lourenço, Alexandra & Penteado, Pedro (2017) - Uma estratégia de intervenção na produção e de melhoria da preservação da informação: o papel da interoperabilidade semântica. *Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades* [em linha]. Évora : Publicações do Cidehus [Consult. 15 Ago 2019]. Disponível na Internet : <URL: <http://books.openedition.org/cidehus/2674>>. ISBN : 9782821882676. DOI :10.4000/books.cidehus.2674>

10. Páez García, Mateo A. (2016). La clasificación funcional: definición de un modelo – *Tria : Revista Archivística de la Asociación de Archiveros de Andalucía*. ISSN 1134-1602, V. 20, p. 309-321.
11. Penteadó, Pedro & Henriques, Cecília (2008). A DGARQ na rota da qualificação dos Arquivos Municipais. In *IX Encontro Nacional e Arquivos Municipais “Novos Desafios da Gestão Documental”* [em linha]. Évora, 14 de novembro de 2008. [Consult. 19 Ago 2019]. Disponível na Internet : <URL: <http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/149>>.
12. Ribeiro, Fernanda (1998) - A classificação em arquivos: processo natural ou arranjo *a posteriori*?. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. N.º 2, 119-126.
13. Silva, Ana Margarida Dias da (2013) - *O uso da Internet e da Web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses* [em linha]. Lisboa: FCSH-UNL. Dissertação de mestrado. [Consult. 22 Set. 2019]. Disponível na Internet : <URL: <http://run.unl.pt/handle/10362/12014> >.
14. Silva, Ana Margarida Dias da, [et al.] (2019) – A classificação orgânico-funcional: saber arquivístico para a compreensão dos fluxos informacionais. Atas do Seminário Internacional de Saberes Arquivísticos (SESA) (no prelo).
15. Silva, Armando Malheiro da (1996). Mariz, José (coord.). Recenseamento dos Arquivos Locais. Câmaras Municipais e Misericórdias. Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995-1996, 3 vols. *Cadernos de Estudos Municipais*. Braga: Arquivo Distrital de Braga, 1995-1996, 167-171.
16. Silva, Carlos Guardado da (2016). Knowledge organization in Portuguese public administration: from the functional classification plan to the creation of an ontology from the Semantic Web’s perspective’ *Advances in Knowledge Organization. Proceedings of the Fourteenth International ISKO conference* [em linha]. [Consult. 22 Set. 2019]. Disponível na Internet : <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/30019>>.
1. Simões, Graça e Freitas, Maria Cristina Vieira de (2013) - A Classificação em Arquivos e em Bibliotecas à luz da teoria da classificação: pontos de convergência e de divergência. *PontodeAcesso*, Salvador, V.7, N.º.1, p. 81-115. [Consult. 22 Set. 2019]. Disponível na Internet : www.pontodeacesso.ici.ufba.br